

Notas de Leitura
e Recensões Críticas

Marquês de Soveral – Homem do Douro e do Mundo
– *Son of the Douro Man of the World*

Tivemos o ensejo de apresentar o Livro “MARQUÊS DE SOVERAL – Homem do Douro e do Mundo” em Setembro de 2008, no âmbito da “VinDouro” em São João da Pesqueira, a convite do autor, o Dr. Gonçalves Guimarães e da Câmara Municipal da Pesqueira.

O Dr. Gonçalves Guimarães, sem colocar de lado o conhecimento sedimentado sobre as variadas matérias que nele aborda, estriba-se em fundas indagações sobre documentos inéditos, ou seja, apresentou-nos uma obra, produto da investigação fundamental aquela que, verdadeiramente, faz evoluir o conhecimento histórico. O autor, com esta biografia colocou assim mais alguns “tijolos” nesse edifício ainda muito incompleto que é a História do Douro. Para fundamentar o seu trabalho usou entre outros instrumentos o Arquivo Central da Marinha, o Arquivo Distrital de Viseu, o Arquivo do Marquês de Soveral, os arquivos do Solar dos Condes de Resende, a documentação da Feitoria Inglesa do Porto e as Bibliotecas Públicas Municipais do Porto e de Gaia.

Apetrechado com informes preciosos colhidos nestes meios difusores de cultura e informação, o autor começa por nos dar uma panorâmica sobre o ambiente em que a Europa se encontra mergulhada nos últimos anos da vida do seu biografado. O livro não tem início com referências aos primeiros anos de vida de Luís Maria Pinto de Soveral – Marquês de Soveral – mas com uma alusão ao contexto que envolve a sua morte numa casa de Saúde de Paris. A perspicácia do autor ao retratar a envolvimento do acto fúnebre do biografado, coloca-nos logo muito perto de perceber o meio social em que o Marquês de Soveral se moveu, a dimensão transnacional da sua acção diplomática, a teia de relações que desenvolveu ao mais alto nível da aristocracia europeia da época, etc. Afinal, na doença e nos últimos tempos de vida, Soveral foi acompanhado pela rainha viúva D.^a Amélia e pelo seu filho D. Manuel II entre outros monarcas que com eles partilharam as agruras do exílio na cidade luz. Os relatos dos jornais da época que aludiram ao falecimento do ilustre diplomata duriense de que o autor se serve, põem-nos assim perante uma personalidade que, em vida, frequentava Buckingham Palace, Sandringham, Windsor e Balmourol, por ser amigo pessoal do Príncipe de Gales e com ele partilhar espaços tão próximos como o dos iates reais ingleses. Em suma, aponta já os principais marcos da vida do Marquês de Soveral que à frente desenvolve.

Nesta incursão aturada pela imprensa nacional e internacional da época, o autor destaca os elogios ao Marquês de Soveral proferidos por figuras gradas do Estado português de entre as quais destaca Bernardino Machado, então Presidente da República, dando mesmo nota da elaboração de uma obra de arte, a tempera e tinta, do pintor inglês Beerbohm, denominada “Edward Parade” onde estão representadas 12 personalidades que acompanham o rei Eduardo VII, onde sobressai a figura o seu amigo Marquês de Soveral a par de personalidades que a história inglesa e do mundo imortalizou como Winston Churchill ou o filósofo Edward Moore, pai do neo-realismo inglês.

O autor retoma esta faceta londrina de Luís Maria Pinto de Soveral em capítulo próprio, assim o exigiu a projecção que o biografado adquiriu nos meios sociais e diplomáticos da Londres Vitoriana.

A dimensão dos homens conhece-se na partida e não apenas na chegada à sociedade onde evoluem. É esta uma das primeiras lições de interdisciplinaridade que autor nos deixa neste livro entre a metodologia histórica e a literatura.

Não se pense contudo que o autor descuidou a vida do Marquês de Soveral no momento do nascimento. Ao contrário, soube dispensar às origens deste Nobel duriense a atenção merecida ao recorrer às melhores fontes para assegurar que Luís Maria Pinto de Soveral descendia de uma notável linhagem de fidalgos nortenhos e durienses que faz remontar a Vimara Peres e a D. Egas Moniz, detendo-se pormenorizadamente nos meandros da genealogia e da heráldica da família do biografado que, e cito o autor, “tendo sido amado por muitas mulheres, conforme o comprovam as inúmeras cartas e bilhetinhos de amor existentes no seu arquivo” guardado em Vila Viçosa nos fundos documentais da Fundação da Casa de Bragança, nunca casou nem deixou geração.

O Marquês de Soveral, como quase todos os homens do interior, também sentiu o fascínio pelo mar. Quem o assegurou foi o próprio pai ao escrever ao Rei D. Luís assegurando que Luís Maria Pinto de Soveral tinha “a maior vocação e desejos de servir o país na carreira de oficial de marinha” corria o ano de 1845. No Verão desse mesmo ano, efectuou novo pedido ao monarca a fim de que o filho praticasse “nas esquadras de Sua Majestade Britânica”. O autor apurou que foi desde tenra idade (12 anos apenas) que o futuro Marquês de Soveral sentiu vontade de vencer as montanhas que parecem asfixiar os durienses para experimentar a liberdade alimentada pela aparente infinitude dos horizontes marítimos.

Certo é que, após ter feito os seus estudos preparatórios e frequentado como aspirante de marinha, algumas cadeiras da Academia Politécnica do Porto, Luís Maria Pinto de Soveral, com 20 anos, partiu para a Bélgica, onde fez com distinção o curso de ciências políticas e administrativas na prestigiada Universidade de Lovaina, descobrindo uma vocação que se foi sobrepondo às saudades que um marinheiro sempre nutre pelas coisas do mar... ao mesmo tempo o autor dá-nos conta do nascimento do diplomata.

O Dr. Gonçalves Guimarães dedicou a este aspecto uma atenção que merece destaque, quer pelo esforço de pesquisa que representou, mas sobretudo porque nos dá a verdadeira dimensão da importância de Soveral enquanto diplomata. Como é natural, na decisão do biografado enveredar pelas relações internacionais pesou a influência directa de familiares, nomeadamente do seu cunhado 8º Visconde de Asseca, doutor na matéria pela Universidade de Louvain, mas também pelo prestígio de algumas figuras da diplomacia nacional que também frequentaram a mesma Universidade, a título exemplificativo referimos o 8º Conde de Oeiras e 6º Marquês de Pombal, António Carvalho e Melo, isto sem contar com o impulso do prestígio que, na época, representava ter obtido um grau por tão reconhecida academia europeia.

¹ GUIMARÃES, J. A. Gonçalves – *Marquês de Soveral, Homem do Douro e do Mundo, Son of the Douro Man of the World*: Gaia, Edições Gaia Livro, S.A., 2008.

É neste contexto que aos 22 anos, Luís Maria Pinto de Soveral inicia a carreira diplomática como adido de legação e encarregado de negócios interino em Viena de Áustria. Podemos dizer que entrou com o pé direito. No ano seguinte é segundo secretário da legação em Berlim, onde permanece até 1882 como encarregado de negócios a convite de Bismarck, o unificador da Alemanha, conhecido como o “Chanceler de Ferro”. Seguiu-se Madrid – onde permanece pouco tempo. A paixão que por ele nutria uma princesa espanhola determinou a sua saída da representação portuguesa na capital do país vizinho. A guia de marcha era para Roma – expiação dos seus pecados passionais? O autor não deu resposta a esta questão. Seja como for, Soveral não chegou a tomar posse do lugar, optando por alargar horizontes através do mecanismo mais adequado – as viagens por toda a Europa – em Londres não resistiu ao fascínio daquela que era há muito considerada a capital do mundo – após alguns investimentos de carácter social, materializados em avultados gastos em festas e recepções que quase o arruinaram, não fora a providencial morte do seu tio Jorge Artur que lhe deixou em testamento significativos meios de fortuna, consegue em 1885 ser nomeado para a legação londrina.

Goza já de grande prestígio junto da aristocracia da capital inglesa – as suas relações privilegiadas com o Príncipe de Gales – futuro Eduardo VII ajudam. Não se pense no entanto que o papel de diplomata deste ilustre duriense se quedou pelo ambiente frívolo das passerelles das festas e recepções a que o ofício o obrigava. Os tempos eram conturbados. Como nos recorda o autor, Portugal vivia tempos difíceis. Uma dívida externa teimava em não descer. Um problema político que caía no âmbito das relações internacionais, resultante do Ultimatum inglês que exigia a retirada dos territórios africanos entre Angola e Moçambique, facto que gerou no país um sentimento anti-britânico sem precedentes, aproveitado pelo governo de então para se fortalecer. O inimigo comum fortaleceu sempre o poder vigente e ajuda a ofuscar os próprios erros perante o povo.

É este o quadro em que Soveral tem de se mover em Londres e que o conduz directamente a negociações com o Foreign-office que culminam no tratado Luso-britânico de 11 de Junho de 1891 cujo resultado, vantajoso para ambas as partes, acaba por revelar a melhor faceta de diplomata. Tal desempenho mereceu-lhe a Grã Cruz da Ordem de Santo André atribuída pelo governo de Lisboa e a Grã Cruz de São Miguel e São Jorge, concedida pela Rainha Vitória (galardão normalmente atribuído a príncipes de sangue estrangeiros). Ao que parece abriu-se uma excepção para o diplomata duriense. O seu desempenho diplomático trouxe-lhe a fama que o levou a assumir em 1893 a pasta dos negócios estrangeiros no governo presidido por Hintze Ribeiro. Nesse ano rebentava a disputa pela soberania da ilha da Trindade entre o Brasil e a Inglaterra: Mais uma questão muito melindrosa, cuja solução honrou o nome de Soveral mais uma vez envolvido em negociações entre Lord Salisbury, ministro dos estrangeiros de Inglaterra e o Dr. Carlos de Carvalho, ministro do Brasil.

Soveral foi nomeado par do reino em 1898 e, em 1901, recebeu a mercê do título de marquês de Soveral. No seu palmarés de sucessos diplomáticos, conta-se ainda a preparação do segundo tratado de Windsor, celebrado em 1904. Representou igualmente Portugal em 1907 na IIª Conferência de Haia, realizada com o intuito de evitar a primeira grande guerra.

O fim da monarquia (1910) apanhou o Marquês de Soveral na capital inglesa. Apressou-se a declarar a sua discordância em nome daquilo que acreditava ser a defesa dos superiores interesses de Portugal, apoiando, D. Manuel II e a Rainha D.^a Amélia no seu exílio forçado, afastando-se então da vida pública. De resto este aspecto é desenvolvido de forma enquadrante numa descrição clara da situação política complexa que Portugal então viveu.

O Dr. Gonçalves Guimarães reservou algumas páginas deste livro para nos retratar a vida sócio-política e cultural em que se moveu Luís Maria Pinto de Soveral. Especialista em estudos queirosianos deixa nota das experiências do ilustre duriense com o grupo dos “Vencidos da Vida” que, entre 1888 e 1893, uniu um grupo de onze personalidades irmanadas pela desilusão da vida política dominante. Ramalho, Eça, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, entre outras personalidades das letras e das artes conviveram nos Verões passados na praia da Granja com Luís Maria Soveral, encontros que se prolongariam em Lisboa, Paris e Londres. A este propósito o autor deixa notas sobre mais uma paixão que a figura galante de Soveral despertou – Trata-se de Emília de Castro Pamplona, filha dos Condes de Resende, que acabaria por casar com Eça de Queirós em 1886.

Também aqui, o autor não se limitou a enumerar um conjunto de factos que marcaram o percurso da personalidade de que se ocupou. No capítulo 6 Deste livro intitulado *De Ministro a Marquês*, o Dr. Gonçalves Guimarães traça um quadro esclarecedor da complexidade da vida pública portuguesa dos derradeiros anos do século XIX para fazer nela sobressair os contributos de Luís Maria Pinto de Soveral no sentido da resolução das causas em que por dever de ofício político se viu envolvido. É que, o ilustre duriense, como refere a dado o seu biógrafo não nutria particular apreço pela vida política partidária, antes, sem dela se afastar totalmente, manteve-se equidistante relativamente aos partidos em confronto – O Regenerador e o Partido Democrático – enquadrando-se desta forma no perfil recentemente traçado por um psiquiatra da região do Douro que se aventurou a passar a livro o perfil sócio-cultural do Homo-duriense, apontando-lhe como característica a independência e a liberdade.

Serve esta referência para introduzir a última parte desta minha nota de leitura, servindo-me do texto que o Dr. Gonçalves Guimarães escreveu acerca de Soveral enquanto Homem do Douro.

Herdeiro da Quinta de Sidrô, Luís Maria Pinto de Soveral, sempre que podia aqui se refugiava apesar dos apelos das suas amizades da Granja e de Lisboa. Ao invés de responder a tais apelos, preferiu muitas vezes convidar os seus amigos e diversas personalidades a alojarem-se na quinta, acompanhando-o durante as temporadas que por aqui passou (em 1906 estiveram em Sidrô, os Príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel).

Respondeu aos pedidos que os seus concidadãos da Pesqueira lhe dirigiam, às vezes para alcançarem coisas simples, outras solicitando ajuda para as festas em honra da Senhora dos Remédios que se venerava na Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Vila. Outras ainda para auxiliar o corpo de bombeiros ou para tarefas de maior vulto como a da abertura da chamada estrada da Ferradosa ou da criação do Hospital, obras a cuja concretização emprestou a sua influência.

Terminamos sugerindo uma leitura do capítulo 9 deste livro, no qual o autor se esmerou para, como refere, tanto quanto a verdade histórica lho permitiu, falar dos amores e desamores que o seu biografado viveu que, por tantos que foram, o lavaram a

dizer com cautela que “faleceu sem descendência conhecida” para acrescentar “para que um dia a sua história não nos brinde com alguma surpresa”.

Por fim salientamos que se trata de uma edição bilingue que faz ecoar o passado de um ilustre duriense além fronteiras, ou seja, nos palcos de boa parte da sua vida. Ademais é uma obra que honra o seu autor pelo aturado estudo que o suporta, honra também o Douro e um dos seus filhos mais ilustres – Luís Maria Pinto de Soveral – O Marquês de Soveral, honra igualmente os seus patrícios das terras da Pesqueira que, estamos certos, agradecem a iniciativa desta publicação que aclara a vida e a obra de um vulto da diplomacia portuguesa que viu a luz do mundo pela primeira vez em terras do Douro.

António Barros Cardoso

Narciso de GABRIEL, *Ler e escribir en Galicia. A Coruña: Universidade da Coruña – Servizo de Publicacións, 2006, p. 405 (ISBN: 84-9749-189-0). Língua: Galego.*
(A presente recensão é a tradução do trabalho publicado pela revista *Paedagogica Historica* – *International Journal of the History of Education*, Vol. 44, nº 3, Junho de 2008, pp. 361-364).

O trabalho em referência, da autoria de Narciso de Gabriel, Professor Catedrático de Teoria e História da Educação da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade da Coruña, tem por objectivo analisar a evolução do processo de alfabetização básica da sociedade galega ao longo dos séculos XIX e XX a partir de fontes e estudos estatísticos disponíveis.

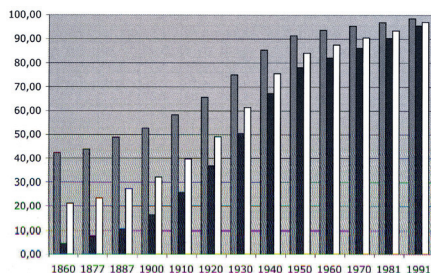
A investigação que fundamenta a presente obra teve por finalidade apoiar provas académicas, denotando a obra, assim, uma estrutura mais académica ao compreender uma introdução, seis capítulos, referências bibliográficas e apêndices estatísticos.

No primeiro capítulo, relativo ao enquadramento conceptual e metodológico do trabalho, o autor analisa a evolução dos estudos sobre alfabetização, designadamente a nível conceptual, teórico e metodológico, traçando o estado da arte das diferentes gerações de investigações e investigadores de referência internacional e em Espanha. O *corpus* documental principal da investigação é constituído pelos treze recenseamentos da população espanhola, os quais fornecem informação dados sobre a alfabetização entre 1860 e 1991. O autor coloca um elevado rigor metodológico na descrição, problematização e avaliação das fontes estatísticas trabalhadas com vista a garantir, por um lado, a correcção e fiabilidade das informações e dos resultados e, por outro, a estabilidade interna do estudo, designadamente a nível dos conceitos, critérios, categorias, variáveis, unidades de análise, escalas de trabalho, técnicas adoptadas, entre outros. O enfoque adoptado no estudo é assumidamente analítico e quantitativo, colocando o estudo no quadro da primeira das três gerações de investigações sobre alfabetização definido por Harvey J. Graff (cf. *The literacy myth: cultural integration and social structure in the nineteenth century*. New Brunswick, 1991). Narciso de Gabriel explica esta sua opção pela inexistência de estudos específicos sobre a quantificação e extensão da alfabetização dos galegos e das galegas durante o período estatístico e a sua intregação a várias escalas: nacional (Espanha), regional (Galiza), provincial (A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra) «partidos xudiciais» e municípios. Os resultados da investigação são apresentados sob a forma de tabelas (89), gráficos (16), mapas (57) e anexos (87).

O segundo capítulo, intitulado «Alfabetização, semi-alfabetização e analfabetismo», debruça-se sobre a evolução demográfica da Galiza, as taxas de alfabetização total e da alfabetização dos maiores de 10 anos de idade, cruzando alguns dos resultados apurados para a população masculina com estatísticas de recrutamento militar, recenseamentos eleitorais e fontes administrativas com vista a aprofundar a problematização e a inteligibilidade dos resultados.

A Galiza contava em 1860 com 1.799.224 habitantes e com 2.720.445 em 1991. A população galega apresenta um crescimento inferior ao conjunto da Espanha durante esse período, comprovado pela involução da taxa do seu peso demográfico na sociedade espanhola, que passa dos 11,5% verificados em 1860 para os 6,9% em 1991. A principal causa desta evolução negativa não tem a ver com anomalias no crescimento natural da Galiza mas sim com os efeitos das fortes fluxos migratórios que caracterizam a sua população, especialmente a população masculina, até à década de 1980. Os efeitos da emigração masculina fazem-se sentir no aumento da taxa de feminização da população galega, a qual atinge o seu ponto mais alto nas décadas de 1910 e de 1920 (125%) para depois ir lentamente descendo até 1991 (109%). Numa análise diferencial segundo o género, as taxas de alfabetização da população masculina com 10 ou mais anos de idade é superior à média nacional de Espanha em todos os censos estudados. As mulheres galegas, pelo contrário, apresentam taxas de alfabetização inferiores à média nacional até ao recenseamento populacional de 1950 (neste ano as galegas alfabetizadas – 78,17% – ultrapassam a média nacional em 0,17%). O diferencial sexual da alfabetização é uma constante na população galega, tendo intervalos que oscilam entre os pólos de 38% a 36%, registados entre 1860 e 1900, e os 3%, verificados em 1991. A Figura 1 sintetiza a evolução das taxas de alfabetização da população galega segundo o género entre 1860 e 1991.

Figura 1: Taxas de alfabetização da população masculina e feminina maior de 10 anos de idade na Galiza entre 1860 e 1991.



Fonte: Narciso de Gabriel, 2006, p. 67.

Legenda: Cinzento – Homens; Preto – Mulheres; Branco – População galega maior de 10 anos.

Três períodos se destacam no processo de alfabetização da Galiza na época estatística: 1860-1900, 1900-1950 e 1950-1991. O primeiro e o terceiro períodos são caracterizados por uma evolução moderada, ao passo que o segundo período, especialmente até 1940, apresenta uma forte dinâmica na expansão social das competências da leitura e da escrita. Esta periodização foi definida em função do conceito de *transição da alfabetização*, desenvolvido por Clara Eugénia Núñez, o qual se processa entre dois limiares: as taxas situadas do limiar dos 30-40% traduzem um fenómeno social de alfabetização mais restrita e uma barreira ao desenvolvimento económico; as taxas iguais ou superiores ao limiar dos 70% marcam o início do processo de universalização da alfabetização e de *outputs* positivos sobre a economia.

A fase mais aguda desta transição da alfabetização da população galega (1900-1940), será especificamente analisada no terceiro capítulo, o qual toma por estudo a relação entre idade, período e *cohortes*. A partir da metodologia de análise de *cohortes*, o autor avalia a influência dos factores idade, período, geração, mortalidade e emigração no processo de aquisição das competências de leitura e escrita. A partir da aplicação de diferentes modelos de investigação (vertical, horizontal e diagonal), o autor destaca as seguintes tendências registadas entre homens e mulheres: as taxas de alfabetização registada em cada censo diminuem à medida que aumenta a idade, aumentam dentro de cada grupo de idades nos sucessivos censos e aumentam ainda à medida que cada geração vai envelhecendo, acabando por estabilizar no intervalo dos 71-80 anos de idade. Através de uma análise intra-cohortes, são detectados ainda outros comportamentos: a maioria dos indivíduos que chegam à condição de alfabetizado fazem-no antes ou durante os 11-20 anos e o nível de alfabetização de cada geração tende a aumentar com a idade e o tempo. No entanto, as circunstâncias históricas (expansão da rede escolar primária, por exemplo) são mais determinantes no acesso das mulheres à leitura e à escrita do que entre os homens. Entre os homens, para além da escolaridade primária, o serviço militar, a escolarização primária tardia, as campanhas de educação de adultos e a emigração, entre outros, geram contextos diversos, formais e informais, de aprendizagem da leitura e da escrita ao longo do seu ciclo de vida.

A emigração e a mortalidade são os principais factores da saída de efectivos populacionais. A evolução da população alfabetizada é mais complexa dado que, por um lado, pode ser influenciada negativamente por aqueles dois factores e, por outro, ter um carácter reversível, pois os emigrantes podem regressar e os analfabetos podem aprender a ler e escrever. A Galiza é uma região de forte emigração, sobretudo, transatlântica: estima-se que entre 1836 e 1960 tenham saído cerca de 2.000.000 de galegos, 860.000 dos quais entre 1901 e 1920. No início do século XX, a percentagem de retorno oscilava entre 65% (1901-1910 e 1921-1930) e 81% (1911-1920), mas o saldo migratório registado entre 1860 e 1980 cifrava-se em, aproximadamente, menos 1.200.000 indivíduos. Os principais agentes do êxodo são os homens, enquanto que as mulheres só lentamente vão aumentando a sua participação no fluxo migratório: 16% (1885-1895), 30% (1916-1930) e 40% (1951-1955).

Dados relativos ao período de 1900 a 1930 revelam que a emigração captava os efectivos populacionais com menos de 35 anos de idade (92% dos emigrados), precisamente as idades que evidenciavam um maiores índices de alfabetização, com uma intensidade inexorável: 1/3 da população dos 11 aos 30 anos no período 1900-1920 e 1/4 do mesmo patamar etário em 1920-1930. A partir dos resultados apurados na comarca de Ulla (1898) e nos municípios de Santiago (1871-1878) e de Ortigueira (1900-1930), o autor conclui que os emigrantes galegos tinham um nível cultural claramente superior às médias das suas povoações de origem. Este mesmo perfil irá caracterizar os emigrantes galegos nas décadas de 1960 e 1970, quando o fluxo do êxodo se reorientar para a Europa Central e as taxas de alfabetização da população galega estiverem acima dos 87% e 90%, respectivamente.

A eficácia alfabetizadora da escolaridade primária é analisada no capítulo quarto (intitulado «Os anos escolares») através do cruzamento dos dados da alfabetização entre os 6 e os 10 anos de idade com as taxas de escolarização primária entre 1887 e 1960. A maior dificuldade assinalada pelo autor neste tipo de análise tem a ver com a determinação rigorosa do número de escolas primárias existentes na Galiza ao longo deste período: enquanto que é possível conhecer com algum rigor a rede e as taxas de matrícula das escolas oficiais, já as escolas privadas, devido à natureza diferenciada da sua iniciativa e das práticas, resistiam ao controlo estatístico, especialmente as «*escolas de ferrado*» estudadas por Narciso de Gabriel em trabalho anterior (cf. *Escolantes e escolas de ferrado*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2001). Não obstante as dificuldades assinaladas, o autor destaca três períodos de expansão na evolução das taxas de escolarização primária, que coincidem com os períodos de desenvolvimento sócio-económico da Galiza: a segunda

metade do século XIX, período em que se implanta a rede pública e se escolariza cerca de 33% da população; os anos de 1910 a 1936, durante os quais se supera o limiar dos 50%; e o período entre 1950 e 1980, que culmina com uma escolarização quase total da população. Já as fases críticas da escolarização primária galega respeitam aos períodos de transição entre o século XIX e XX e ao da guerra civil e suas consequências. Os resultados da expansão da escolarização primária na Galiza denotam uma relação positiva com a evolução das taxas de alfabetização, especialmente no período da transição da alfabetização anteriormente referido.

A geografia da alfabetização (título do capítulo quinto) remete o estudo para escalas de análise mais finas e desagregadas. Assim, operando com taxas de alfabetização da população total, o autor desenha o perfil de 15 comarcas, 48 «partidos xudiciais» e 323 municípios galegos. Os resultados apurados introduzem o capítulo sexto e último («As condicionantes da alfabetização»), no qual, através do cruzamento de factores de carácter geográfico, económico, social e cultural, Narciso de Gabriel dá a conhecer algumas hipóteses de pesquisa e chaves para a compreensão da evolução da alfabetização na Galiza. As hipóteses de pesquisa sugeridas têm a ver com, por exemplo, a influência directa e indirecta do protestantismo na promoção das taxas de escolarização e de alfabetização e a relação entre a língua materna galega, durante muitos anos afastada da prática e cultura escolares, e a aquisição das competências da leitura e da escrita num contexto bilingue (um inquérito de 1992 revelava que 97% dos galegos compreendia a língua materna, 86% conseguia falá-la, 46% conseguia lê-la e 27% escrevê-la).

As chaves para a compreensão da alfabetização galega são, segundo o autor, as seguintes: a experiência escolar é o determinante imediato da alfabetização, não obstante o facto de as zonas de alfabetização já estarem culturalmente definidas antes da escola pública deixar as suas marcas; os municípios estabelecidos em zonas de alta montanha apresentam níveis de alfabetização masculina superiores à média galega; existe uma relação negativa entre a superfície dos municípios e as taxas de alfabetização, ou seja, as taxas mais elevadas de alfabetização registam-se nos municípios mais pequenos (Beade ou Corcubión, por exemplo); regista-se uma relação positiva entre densidade populacional e alfabetização, especialmente a feminina, isto é, em termos gerais, a alfabetização predomina nas zonas mais densamente povoadas e dinâmicas, sobretudo, a nível económico; os sectores de actividade que registam maiores taxas de alfabetização são o sector terciário (comércio, serviços administrativos e domésticos) e o secundário (mais entre os artesãos do que entre os trabalhadores da indústria); a expectativa e intensidade da emigração relaciona-se de forma positiva com a alfabetização feminina e masculina, confirmada pelo facto de, entre 1860 e 1900, por exemplo, o maior aumento das taxas de alfabetização ter sucedido nas zonas de maior emigração.

Luís Grosso Correia - Email: lgrosso@letras.up.pt

As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. Coordenação de Isabel Cristina Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009, 942 páginas.

A obra intitulada *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* consiste na publicação das actas do V Encontro sobre Ordens Militares, que teve lugar em Palmela entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2006, tendo a tarefa de edição sido coordenada por Isabel Cristina Fernandes. Trata-se de uma obra editada pela Câmara Municipal de Palmela, por via do seu Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEOS), já em 2009, e que recolheu como patrocinadores a Presidência da República, através da Chancelaria das Ordens Honoríficas, e a Fundação Calouste Gulbenkian. Neste volume, que conta com 942 páginas, estão reunidos 38 textos, sendo três deles elaborados em co-autoria. Assim, ao lê-lo usufruímos de um leque muito diversificado de questões que resultam da reflexão das referidas 4 dezenas de colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros.

Os conferencistas, cujos textos figuram nestas Actas, pertencem a instituições muito diversas, sendo todas elas de reconhecida importância científica. Referimo-nos, no caso português, às Universidades do Porto, Coimbra, Nova de Lisboa, Évora e Lusíada. O universo académico dos participantes contou igualmente com representantes das prestigiadas Universidades de Paris 1 – Pathéon – Sorbonne (França), Nantes (França), Blaise Pascal – Clermont-Ferrand 2 (França), Autónoma de Madrid (Espanha), Castilla-la-Mancha (Espanha), Alcalá de Henares (Espanha), Hamburgo (Alemanha), Bochum (Alemanha), Szeged (Hungria), Bari (Itália), Degli Studi di Lecce (Itália), Durham (Reino Unido), Haifa (Israel) e Califórnia (Santa Barbara). A este leque devemos ainda acrescentar os centros de investigação a que grande parte dos intervenientes está associada. São eles o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto, o Instituto de Estudos Medievais, o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, o Centro de Estudos Históricos, o Centro de História de Além-Mar, ambos da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Historia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid. Houve, igualmente, oradores que pertencem à Assemblée Nationale de Paris, ao Museo Arqueológico Nacional de Madrid e ao Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, ou seja o Gabinete da Câmara que se assume como a entidade promotora do congresso que está na base deste volume de actas. Em função da lista apresentada não podemos deixar de sublinhar a diversidade de contribuições reunidas neste livro, que correspondem a uma paralela pluralidade de abordagens, bastante enriquecedoras do debate intelectual.

Do ponto de vista científico, este livro é de grande interesse e actualidade, não só para os investigadores que se dedicam mais especificamente ao estudo das Ordens Militares, mas também para todos os que se mostram atentos à história de Portugal e às suas múltiplas articulações externas. Esta última vertente é ilustrada com reflexões que se centram no espaço peninsular, em virtude da origem comum e dos respectivos vínculos jurídicos entre algumas das organizações presentes em território português e as suas casas conventuais localizadas no reino vizinho (caso de Santiago e Calatrava-Avis); no Próximo Oriente, dada a origem de algumas das Ordens (como o Hospital e o Templo) e a forçosa articulação que se foi estabelecendo entre o Ocidente e o Oriente, processo em que

estas se envolveram de forma particular; e no Extremo Oriente, em função da inserção das instituições em estudo (nomeadamente, Cristo e Santiago) no processo expansionista português dos séculos XV e XVI.

A organização interna destas actas conta com cinco secções temáticas: Historiografia e Memórias; Nobrezas e Composição Social; O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações; Espaços e Vivências; e, por fim, Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas. As grandes áreas no livro são precedidas por um texto de apresentação, da autoria de Luís Adão da Fonseca, e pela conferência de abertura, proferida por Michel Balard.

Uma observação do conteúdo destas cinco partes revela aspectos muito interessantes. Com efeito, a conferência de abertura, que precede a parte dedicada à Historiografia e Memórias proporciona-nos um utilíssimo balanço da pesquisa francesa sobre Ordens Militares. Apesar de, formalmente, este texto ter este estatuto específico na orgânica do livro, encontra-se perfeitamente inserido nos objectivos da sua primeira secção. As revisões historiográficas constituem uma boa prática, que merece atenção acrescida nos próximos tempos, por diversas razões. A produção científica abundante de que beneficiamos, e que traduz o contributo de muitos países, pode também ser divulgada através da elaboração de balanços que tenham por objectivo determinadas áreas geográficas, ou diversas instituições ou mesmo temas específicos. No domínio historiográfico, impõe-se também a discussão de obras marcantes, o pensamento de certos autores, bem como a análise das memórias que as próprias instituições vão criando a seu respeito. Todos estes exercícios enriquecem o nosso conhecimento e ampliam a reflexão que desenvolvemos.

Na temática sobre Nobrezas e Composição Social podemos ler textos que privilegiam as abordagens sociológicas dos membros que fazem parte das Ordens Militares, apurar quem são os indivíduos que ingressam nas suas fileiras e encontrar elementos sobre o perfil etário dos homens que protagonizam estes processos. De salientar é o diálogo estabelecido entre os historiadores das Ordens Militares e os peritos em história da Nobreza, essencial ao entendimento claro das questões apontadas.

Por sua vez, O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações mostra-se o campo mais inovador e, inclusivamente, destacado no título do livro, na medida em que foi o mote do próprio congresso. Como já referimos, aqui temos enfoques centrados na Península Ibérica, no Oriente Latino, com destaque para as Ordens do Templo e do Hospital, e num outro Oriente mais distante, ou seja, o Oriente relacionado com a Expansão portuguesa, o qual, por tradição de estudo, não tem sido associado de forma sistemática às Ordens, mas que precisa de ser analisado também nesta perspectiva.

A quarta parte é dedicada aos Espaços e Vivências, contando com trabalhos que incidem tanto sobre Portugal, como sobre áreas geográficas distantes (Próximo Oriente e áreas de influência da Casa de Anjou). São trabalhos que encerram um elevado potencial de comparação, pois a partir do conhecimento da presença das Ordens em zonas muito concretas será possível enveredar por análises comparativas de grande utilidade. Por fim, a secção Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas reúne um conjunto mais disperso de textos, que procuram discutir, em grande parte, as formas de relacionamento das Ordens com outros poderes e as respectivas estratégias de afirmação gizadas por estas organizações e por aqueles com quem convivem.

Em suma, nestas páginas encontramos nomes representativos dos estudos sobre Ordens Militares, que ora subscrevem leituras mais convencionais, ora mais inovadoras. Há, também, textos com maior incidência em questões locais e pontuais, mas nem por isso menos importantes no plano do aprofundamento do conhecimento sobre as Ordens Militares, a par de outros que procuram uma compreensão mais transversal para determinados aspectos. Em função dos elementos sublinhados, é uma leitura recomendável e que traduz um avanço na investigação desenvolvida em torno das Ordens Militares.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, 231 páginas

No âmbito das actividades programadas pelo Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), foi organizado um Seminário Internacional sobre as *Comendas das Ordens Militares*, nos dias 3 e 4 de Novembro de 2008. Esta actividade decorreu nas instalações da Universidade Lusíada do Porto e contou com a participação de 10 investigadores portugueses, 5 italianos e um espanhol. Todos estes investigadores participaram no seminário com uma intervenção de cerca de 20 minutos. O debate em torno das ideias expostas foi muito participado e revestiu-se do maior interesse científico. Sublinhe-se que esta actividade contou, também, com a adesão dos alunos do 2º ciclo em História Medieval e do Renascimento (Mestrado) da Faculdade de Letras do Porto, que estiveram presentes em todas as sessões.

Este seminário inscreveu-se no projecto bilateral que alguns investigadores do referido grupo de investigação têm com o Consiglio Nazionale di Ricercha (CNR) de Itália e assinalou o encerramento de uma parte do projecto dedicado às Ordens Militares, em curso nos anos de 2007-2008. Sublinhe-se que, a este nível, cumpriu uma tradição de colaboração que conta com cerca de duas décadas, em parte concretizada com o Istituto di Storia della Europa Mediterranea. Neste sentido, esteve presente o Director desta instituição, Doutor Luca Codignola, que dedicou grande interesse ao programa de trabalhos e ao contacto com os investigadores portugueses. O programa incluiu a apresentação de um livro do Professor Marco Tangheronni, intitulado *Della Storia: in margine ad aforismi di Nicolás Gómez Dávila* (Milão: Sugarco, 2008), e uma visita de estudo ao complexo conventual da comenda de Leça do Balio.

A publicação das actas deste seminário teve lugar no Verão de 2009, sob a designação: *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, 231 páginas. Estas Actas contam com textos que versam aspectos mais amplos e transversais, como *As Comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos; Le commende dei Giovanniti: studi e ricerche; As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso; As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina; As Comendas na Época Moderna: um ponto de situação*

historiográfico; Os livros de visitas quincentistas às Comendas da Ordem de Santiago. Um enfoque mais geográfico, a partir da análise de várias comendas, é outra das linhas de abordagem que podemos encontrar nestas actas em artigos, como *Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis; Il Gran Priorato di Capua: fondazione e sviluppo territoriale tra XII e XVIII secolo; Precettorie e commende dell'Ordine Giovannita nel Mezzogiorno d'Italia.*

A perspectiva social é um dos pontos fundamentais dos textos editados nas actas em apreço. A este nível, o artigo *Fidalgos, Cavaleiros e Vilões: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* é o que apresenta uma análise mais abrangente, a par de outros mais centrados em determinadas personalidades como *Os Mascarenhas, uma família da Ordem de Santiago; os Furtado de Mendonça portugueses. Um caso de ascensão social alavancada nas Ordens Militares;* e, por fim, *Gutierrez de Sottomayor: protagonismo político del comendador de Alcántara.*

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Castelhanas de Estudos Medievais, 2 volumes. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobça – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009 (1044 páginas).

A obra intitulada “A Guerra e a Sociedade na Idade Média” é constituída pelas actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, organizadas pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e pela sua congénere espanhola. Este congresso decorreu de 6 a 8 de Novembro de 2008 no Campo Militar de S. Jorge (Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota), em Porto de Mós, no Mosteiro da Alcobça e no Mosteiro de Batalha. Reuniu várias dezenas de participantes, sobretudo portugueses e espanhóis, embora se verificasse também a presença de investigadores italianos e franceses.

As VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais foram dedicadas à guerra e, em concreto, ao contexto e ao tempo em que se inseriu a Batalha de Aljubarrota. O resultado editorial é visível na publicação das respectivas actas em dois volumes, decorrido apenas um ano sobre o encontro científico que lhes deu origem.

O modelo de organização das jornadas reflecte-se na estrutura das actas em apreço. Assim, regista-se a repartição dos textos em quatro áreas temáticas. A abrir cada uma destas áreas podemos ler os textos de enquadramento, as designadas conferências, das respectivas problemáticas em discussão, seguidos de diversas comunicações. A área 1 versa *A guerra em acto. Aljubarrota em debate* e conta com três conferências, da autoria de Vicente Álvarez Palenzuela, Luís Adão da Fonseca e João Gouveia Monteiro e com nove comunicações (quatro de investigadores espanhóis e cinco de portugueses). A área 2, *No rasto da guerra*, abre com duas conferências, proferidas por Manuel González Jiménez e por Maria Helena da Cruz Coelho, e tem continuidade em 18 conferências (cinco de investigadores espanhóis, onze de portugueses, uma de um italiano e outra de um francês). A terceira área sobre as acções de *Negociar e manter a paz* é contextualizada pela conferência de Pau Cateura Bennasser e explorada através de treze comunicações (cinco de investigadores espanhóis e oito de portugueses). Por fim, a quarta área, dedicada às *Memórias e celebrações*, abre com as conferências da autoria de Salvador Claramunt Rodríguez e de Arnaldo Espírito Santo, seguidas de doze comunicações (quatro de investigadores espanhóis e oito de portugueses).

Da leitura destas actas ressalta o sentido plural da guerra, pois, para além de constituir objecto de estudo em si mesma, também é pretexto para se aprofundar a investigação de dimensões complementares, como as suas consequências, a plataforma diplomática a que dá origem e o conjunto de acções paralelas que concorrem para a manutenção da paz. A estas perspectivas juntam-se outras linhas de reflexão com o propósito de se esclarecer o quadro de referências proporcionadas pela guerra, como o seu eco em tempos posteriores e as formas encontradas para comemorar a guerra.

Do ponto de vista historiográfico, esta obra, em dois volumes, inscreve-se num ciclo especialmente profícuo de reflexão sobre a Batalha de Aljubarrota, acompanhado também pela edição de algumas fontes documentais de referência incontornável e pela abertura do Centro Interpretativo, construído no Campo Militar de S. Jorge.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, [s.l.], Universidade do Algarve, 2009 (Arte, Literatura e História), 556 págs., ISBN: 978-972-9341-80-9.

Hace ya más de una decena de años, el profesor portugués Luís Adão da Fonseca reconocía el impulso que habían tenido las investigaciones sobre la Historia de las Órdenes Militares, especialmente desde el año 1986, momento en el que se inauguró en la Facultad de Letras do Porto el seminario sobre Órdenes Militares en el “Mestrado” de Historia Medieval. De aquel empeño, y de la creación en el año 1996 del *Seminário Internacional de Órdenes Militares*, entre investigadores portugueses, españoles e italianos, surgió la revista *Militarium Ordinum Analecta*, que desde el año 1997 – bajo el generoso patrocinio de la “Fundação Eng. António de Almeida” y del CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) de la Universidade do Porto – viene editando interesantísimas monografías sobre estas importantes instituciones medievales.

En esta ocasión es el patrocinio editorial de la Universidad do Algarve la que publica “com alterações de pormenor” la Tesis doctoral de Luís Filipe Simões Dias de Oliveira, profesor de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales (FCHS) de esa Universidad, sumándose así al nutrido grupo de investigadores dedicados al estudio y ediciones documentales de las órdenes militares en la Península, como Paula Pinto Costa, Carlos de Ayala, Isidro García Tato, María Cristina Pimenta, Carlos Barquero Goñi o Áurea Javierre Mur, entre otros.

De las primeras páginas del grueso volumen hay que destacar las interesantísimas reflexiones del prologoista, el ilustre profesor José Mattoso, que por ser casi excepcionales en el panorama investigador ibérico, merecen especial atención: reconoce el poco favor que se tributa a la Historia resolver problemas controvertidos con el único argumento de autoridad. En palabras del prologoista, “as interpretações produzidas pelos historiadores têm de ser constantemente revistas, confrontadas com novas observações, examinadas a partir da sua coerência ou incoerência com estruturas reconhecidamente vigentes na época e no lugar em causa e com conjunturas rigorosamente identificadas e datadas”. Se trata, por tanto, de reconocer que en la Historia Social las *tesis* deben ser más bien *hipótesis*, sometidas a constante revisión. El propio profesor Mattoso asume en estas páginas su error – y no ha sido la primera vez que lo hace – al considerar como modelo para el caso portugués las conclusiones que Georges Duby estableció para la sucesión patrimonial en las familias nobles francesas: su discípulo, el profesor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro demostró en su Tesis doctoral² que el modelo portugués – herencia igualitaria –, era contrario al observado por Duby en Francia – de heredero principal – defendido después por Mattoso en Portugal. Y este comportamiento social modificaba muchas pautas de actuación y explicaba determinadas prácticas sociales de la nobleza lusa. El “cruzamiento de dados prosopográficos” posibilitó, según Mattoso, un importante avance del conocimiento histórico, imposible si su propio discípulo no hubiese sometido a duda su autoridad y si no ejercitase el espíritu crítico que todo investigador debe practicar.

José Mattoso se retrata trayendo a colación ese famoso refrán de “rectificar es de sabios”, y de nuevo no le duelen prendas a la hora de presentar en el “Prefácio” sus inexactas “hipótesis” – una vez más por seguir el modelo observado en Francia por George Duby – después de los resultados obtenidos por la investigación de Luís Filipe Oliveira: las órdenes militares de Santiago y Avis aceptaban en su seno tanto a nobles como a burgueses, que “não eram refúgio privilegiado de bastardos nobres nem de filhos segundos, que os não nobres podiam ascender aos cargos superiores, e que nunca deixaram de ser pólo de atracção para burgueses e membros da aristocracia urbana”. Así pues, si bien Mattoso consideraba que el acceso a la condición noble o de “fluidez social” era un fenómeno social en la frontera durante el siglo XII – v.g. con los caballeros villanos –, con la aportación de Oliveira se demuestra que el proceso se mantuvo al menos hasta el siglo XV, al constituir las órdenes militares una puerta de acceso a la nobleza en un momento en el que “se renova e ao mesmo tempo reforça a sua própria ideologia”. Y todo ello supone, en definitiva, interpretar y comprender el significado de los acontecimientos.

El volumen de Luís Filipe Oliveira consta de la “Introdução” y dos “partes”, la primera titulada “Os homens das Ordens” con dos capítulos, el primero dedicado a los maestros y administradores, y el segundo a los comendadores; y la segunda parte se titula “Apoios, origens e percursos”, dividida en tres secciones, “A Sucessão dos Mestres e dos Administradores (1330-1449)”, “A Sucessão nas comendas e nos ofícios (1327-1449)”, y “O Universo dos Comendadores”; cada uno de ellos se subdividen en apartados, unos dedicados a la Orden de Avis y otro a la de Santiago. En palabras del autor, en esta segunda parte “os textos e os materiais são o complemento das observações e das análises feitas nos capítulos anteriores”. El libro finaliza con la “Conclusão”, fuentes y bibliografía.

En la “Introdução” el autor analiza la bibliografía existente, especialmente escasa hasta el último tercio del siglo XX, y pone de manifiesto la poca dedicación prestada al ambiente social de las órdenes militares, tanto en Portugal como en España, con estudios mucho más centrados en cuestiones patrimoniales o institucionales. Un cambio en esta concepción vino de la mano de Philippe Jossereand, a fines de los 90 del pasado siglo, al tratar de modo introductorio las personalidades que regían a los comendadores templarios y hospitalarios: deducía que la aristocratización de las órdenes era un fenómeno tardío, todavía no manifestado con claridad en el trescientos. Los indicios en Portugal parecían llevar a las mismas conclusiones, en especial por las prácticas hereditarias igualitarias en la nobleza, si bien su presencia en las órdenes resultaba incuestionable aún no siendo general. Luís Filipe Oliveira pretende una caracterización sociológica de las órdenes entre 1330 y 1449, en particular de los maestros y comendadores de las de Santiago y Avis, por ser éstas quienes dominaban las llanuras del Sur del Tajo, en un espacio en el que protagonizaron su reconquista, y por ser, además, dos órdenes “diferentes”, es decir, sujetas a distintas reglas y con diferentes matices, como la mayor “laicidad” de la española. Señala también las dificultades de llevar a cabo el estudio prosopográfico de maestros y comendadores, motivada por la falta de documentación de las órdenes – se perdieron muchos diplomas – o los cortos mandatos de muchos de ellos, lo que le obligó a manejar otro tipo de documentación, como la de la Corona o la monástica. Finaliza la introducción justificando el período cronológico elegido: proceso de progresivo fortalecimiento de la autoridad regia, de aristocratización de las milicias, de tutela

² José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, 3 vols., Porto, [s.n.], 1999.

monárquica de las órdenes, de su papel en los acontecimientos políticos lusos como el acceso a la Corona del propio maestre de Avis después de la crisis de 1383-1385, y su peso político en los proyectos de cruzada en África emprendidos por la nueva dinastía de Avis.

En la primera parte del volumen, “Os homens das Ordens”, Luís Filipe Oliveira desmenuza la caracterización del ambiente sociológico de las órdenes, su organización interna y administración, el ejercicio de los mandatos, la influencia de la Corona, la imagen aristocrática de las órdenes y su composición social, todo ello con abundantes referencias a los acontecimientos políticos, comparando la trayectoria de las órdenes en Portugal y Castilla, y manejando con extraordinaria habilidad noticias documentales – numerosísimas, de diferentes fondos archivísticos, aunque en ocasiones con transcripciones demasiado filológicas – cronísticas, bibliográficas – fundamentalmente portuguesas y españolas – e incluso epigráficas. Lástima que no se incluyesen junto a los numerosos gráficos y tablas, cartografías alusivas a las encomiendas estudiadas e imágenes de alguno de sus monumentos más representativos, muchas veces mencionados en el texto.

La segunda parte, titulada “Apoios, origens e percursos”, es complementaria de la primera: se amplian o matizan aspectos ya tratados en las páginas precedentes. Se trata de la parte prosopográfica, es decir, de las semblanzas de los maestros y comendadores de Avis y Santiago realizadas para “conhecer-lhes a origem social e familiar e traçar as grandes linhas do seu percurso biográfico”. Entre las casi dos centenas de semblanzas se encuentran personajes de indudable resonancia gallega, como Churrichaos, Freires de Andrade o Paradás. Las dificultades en la elaboración de estas páginas – algo más de la mitad del volumen – resultan evidentes para cualquiera que haya tenido que dedicar empeños a las biografías históricas de personajes caracterizados por noticias muy fragmentarias: recuerdo aquí, como colaborador, al Diccionario biográfico gallego de los Trastámara, desarrollado en el Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento” (CSIC-Xunta de Galicia), financiado por la Fundación Pedro Barrié de la Maza, y dirigido por el Dr. Eduardo Pardo de Guenara, en proceso de redacción.

La mayor parte de los personajes biografiados en esta segunda parte del volumen estarían abocados casi al total anonimato de seguir el autor prácticas historiográficas *modernas* por desgracia bastante habituales, supuestamente renovadoras, más preocupadas por logomaquias que por datos empíricos. Sólo se echan en falta aquí tablas de filiación e ilustraciones de la emblemática utilizada por maestros y comendadores de las órdenes estudiadas.

En el último apartado, dedicado a la “Conclusão”, Luís Filipe Oliveira subraya la fuerte presencia de “villanos” entre los miembros de las órdenes estudiadas por él, fenómeno que puede corroborar el hecho de que el propio conde don Pedro de Barcelos “não mostrase grande apreço pelos homens das ordens e se comprazesse em notar a sua vilania, ou em acentuar a falta de «generosidade» que distinguia alguns deles”. La nobleza no monopolizó los puestos en las órdenes de Avis y Santiago, y su mayor o menor presencia estaría condicionada por los propios acontecimientos políticos, por lo menos hasta el final del siglo XIV “quando as ordens se converteram num beneficio entregue aos aristocratas da corte e aos Infantes da família real. Até essa época, quer os mestres, quer os freires de origem nobre, procediam, em regra, de famílias de pouco renome, por vezes com origens obscuras e ignoradas pelos nobiliários medievais”. La influencia de la Corona estaría detrás de la aristocratización de las órdenes, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XIV; y ya a mediados de la centuria siguiente, los comendadores “eram já de origem nobre” y controlarían las encomiendas en beneficio propio y de sus parentelas. Desde ese momento, el viejo ideal de “serviço à Cristiandade” y de cruzada con el que se identificaban los propios monarcas, especialmente en los inicios de la conquista de África en época del rey João I, será prácticamente abandonado al asimilarse las órdenes con un “modo de vida” bastante más placentero.

La historiografía hispana sobre órdenes militares cuenta, por tanto, con una nueva y magnífica aportación que, como bien recuerda el profesor Mattoso, está fundamentada en la “necessidade de procederem a investigações sistemáticas e a exercitarem o espírito crítico”. Luís Filipe Oliveira, también pragmático, asegura que en sus biografías hay “hipóteses a verificar e emendas a fazer, sem esquecer diversas lacunas para colmatar”. Y es que precisamente en todo ello se basa el conocimiento histórico, y este volumen es buen ejemplo a imitar.

Pablo S. Otero Piñeyro Maseda
Doctor del IEGPS (CSIC-XuGA) asociado al CEPESE³

³ Ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incité (2006-2010), Programa “Ángeles Alvariño”, cofinanciado polo Fondo Social Europeo. O autor está disfrutando dunha estada de investigación posdoctoral no CEPESE.

Notas de uma investigação em curso⁴

O Livro de Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa e a construção da memória de um espaço dominial (finais do século XII e inícios do XIII)

A composição do Livro de Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa ter-se-á iniciado em finais do século XII, talvez entre 1177 e os primeiros anos da centúria de Duzentos⁵, resultando da selecção, organização e reprodução de um conjunto de diplomas originais conservados no arquivo do respectivo cenóbio. Esta fonte foi transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa⁶, e é com esta edição que temos vindo a trabalhar.

Embora pretendendo com este breve texto avaliar e interpretar as informações espaciais contidas neste cartulário, começaremos, antes de mais, por questionar o contexto e a razão pela qual ele foi produzido. Deste modo, poderemos estabelecer, com maior rigor, a validade dos dados que vamos utilizar no estudo do domínio fundiário desta instituição monástica nos séculos XI e XII.

Uma vez que os oito primeiros fólios do manuscrito se perderam⁷, não sabemos se alguma vez existiu um preâmbulo explicando o porquê da elaboração deste códice. É provável que as forças operantes em Paço de Sousa tivessem sentido a necessidade de criar um instrumento prático de gestão e de defesa dos direitos do mosteiro contra eventuais usurpações. Assim sendo, como se justifica a exclusão de determinados documentos, que se encontravam no arquivo do cenóbio, mas que só são conhecidos porque estão transcritos ou sumariados nas Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa de Fr. António da Assunção Meireles? Encontrámos aí 9 doações de bens localizados nos concelhos de Penafiel, Paredes, Arouca e S. Pedro do Sul, com datas compreendidas entre 1071 e 1170⁸, todas elas de membros da família dos Ribadouro, e ainda uma “permuta” efectuada com D. Hugo, bispo do Porto⁹. A isto acrescenta-se mais uma doação de 1088 de Egas Ermiges e da sua mulher, que se encontra nos *Diplomata et Chartae*¹⁰. No entanto, se, por um lado, se excluíram alguns documentos que diziam directamente respeito ao mosteiro, por outro, integraram-se diplomas associados a outras instituições ou pessoas¹¹, são exemplo disso as doações à igreja/“comunidade” de S. Miguel de Mato (conc. de Arouca) que foram incluídas no cartulário de Paço de Sousa (docs. 105 e 106)¹².

A necessidade de afirmar simbolicamente o poder do mosteiro através de uma construção memorial do seu domínio e dos seus benfeitores, com especial relevo para a família patronal, poderá ter sido outro dos motivos para a constituição deste *liber*; ele assume-se deste modo, como um instrumento de memória¹³ num contexto em que a escrita e a cultura da escrita ganhavam uma crescente importância no seio da sociedade medieval¹⁴. Não obstante não termos identificado ainda a totalidade dos intervenientes nos actos deste cartulário, é perceptível que uma grande parte dos doadores pertence à família patronal (segundo José Mattoso, 45,4%¹⁵), ou seja, aos Ribadouro. Num contexto de fragmentação do património familiar da nobreza senhorial, devido à divisão da herança pelos vários filhos e filhas¹⁶ – o que é, aliás, visível nos documentos de Paço de Sousa –, estes indivíduos, além da intenção de salvar a alma e obter um contra-dom espiritual, desejavam ver o seu nome e o da sua família ligados ao mosteiro e à terra, conservando essa memória através do acto escrito. Segundo P. Geary, a terra era um símbolo que constituía a identidade das famílias e, nesta sequência, o autor afirma que: «Current scholarship on monastic property is demonstrating how families used donations and precarious holdings to channel wealth from one generation to another, in a real sense creating relationship through the symbolic medium of land, recorded and accessible in monastic archives»¹⁷.

Deste modo, analisando os diplomas de Paço de Sousa, percebe-se a necessidade que houve em explicar a procedência dos bens adquiridos por esta instituição, estabelecendo uma espécie de genealogia da titularidade jurídica das propriedades, onde se distingue aquelas que os benfeitores herdaram por via materna ou paterna: “...*hereditate que habemus de aviorum et parentum*”

⁴ O presente texto baseia-se na comunicação apresentada no XXIX Congresso da APHES, no painel «A memória documental do espaço: do Entre-Douro-e-Minho às terras de conquista (sécs. X-XIII)» coordenado pelo Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, e resulta da investigação que temos vindo a desenvolver para a nossa dissertação de mestrado sobre o domínio fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa, nos séculos XI e XII.

⁵ MATTOSO, 1972: 7.

⁶ LTMPS (ver citação completa no final do artigo).

⁷ MATTOSO, 1972: 7.

⁸ Todos estes doadores pertencem à linhagem dos Ribadouro, cf. docs. 4, 18, 25, 31, 37, 39, 40, 41, 44 em MEIRELES, 1942: 115-171. Encontrámos ainda referência a 10 documentos perdidos, cf. recolha feita a partir do *Índex das Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* em MATTOSO, 2002: 30.

⁹ A 11 de Setembro de 1116, D. Hugo, bispo do Porto, renunciou ao foro de parada ou jantar e a todos os outros direitos da sua Sé sobre o mosteiro em troca de dois casais em Zeidonese (conc. de Penafiel) e um em Piães (conc. de Cinfães). Cf. MEIRELES, 1942: 166, doc. 38.

¹⁰ Em 1088, Egas Ermiges e sua mulher Gontina Eriz doam bens ao mosteiro de Paço de Sousa situados no conc. de Penafiel. Cf. PHM-DC: 126-127, doc. DCCXIII.

¹¹ A aquisição de bens por parte de determinada instituição levava a que, por vezes, fossem incorporados no seu “arquivo” os diplomas que se relacionavam directamente ou indirectamente com esses bens. Veja-se um exemplo em AMARAL, 1995.

¹² A pequena comunidade deve ter-se extinguido e S. Miguel de Mato passou a ser uma igreja secular, tendo Paço de Sousa conseguido o seu padroado em 1275. Cf. MEIRELES, 1942: 99-100.

¹³ Sobre o papel central da memória nos cartulários veja-se o cap. “cartulaires et *memoria*” em CHASTANG, 2001: 18-23.

¹⁴ CHASTANG, 2009: 8-9.

¹⁵ Cf. quadro em MATTOSO, 2002: 66.

¹⁶ Veja-se sobre as estratégias de transmissão de património: PIZARRO, 1999: 565-592.

¹⁷ GEARY, 1999: 171.

nostrarum(...)” (doc. 98), “(...) *illo casal de avio meo Germias Sarrazinis (...)* de illo casal que fuit de avia mea Gualamera(...)” (doc. 101), “(...) *hereditatem quanta venit michi in porcione de avio meo nomine patre Aufiz(...)*” (doc. 120); assim como outras possessões que foram adquiridas por compra – “(...) *et comparavi illos de Gomeze Petriz et de Maria Menendiz pro centum bragales(...)*” (doc. 68), – ou escambo – “(...) *V casales et cambiarunt illos cum Osorio Pelaiiz(...)*” (doc. 13).

Perceber a lógica da organização interna de um cartulário nem sempre é fácil. A verdade é que o *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa, constituído por 157 diplomas com datas compreendidas entre 938 e 1222, não parece seguir um projecto uniforme. Analisando os intervenientes em cada um dos actos escritos, verificamos que, em alguns momentos, agruparam-se documentos relativos a determinado(s) indivíduo(s) ou família, sem atender à sua ordem cronológica. Tanto quanto pudemos identificar, os primeiros documentos estão ligados a membros da família dos Ribadouro. Todavia, a partir do documento 77, parece haver uma certa preocupação em reunir diplomas respeitantes a determinado(s) lugar(es) – docs. 77 a 78 e 80 a 84, bens em Galegos (conc. de Penafiel); docs. 88 a 92, bens em Cadeade (conc. de Penafiel); docs. 94 a 96, bens em Velhos (conc. de Penafiel); docs. 97 a 102, bens em Vilar e Escariz (conc. de Penafiel); docs. 103 a 108, bens em Belece e Covelas (conc. de Arouca); docs. 110, 113 a 115, bens em Figueira, Lagares e Escariz (conc. de Penafiel); docs. 119 a 120, bens em Folgoso (conc. de Castelo de Paiva); docs. 130 a 131, bens em Vilarinho (conc. de Penafiel) e docs. 150 a 152, bens em Cadeade (conc. de Penafiel) – ou a determinado(s) bem(ns), com é o caso dos docs. 104 a 106 referentes à igreja de S. Miguel de Mato (conc. de Arouca). Por outro lado, os docs. 134 a 138 são todos do ano de 1177, sendo que, a partir daqui, os diplomas parecem seguir uma certa sequência cronológica, com excepção de oito documentos interpolados que pertencem aos anos de 1167, 1015, 1109, 1170, 1139, 1135, 1137¹⁸. No final do cartulário, surge uma genealogia de Mendo Moniz, onde são também identificadas as possessões dos seus descendentes, uma forma de demonstrar a riqueza, a posição social e a identidade da família dos Ribadouro, na sequência do que já afirmamos anteriormente.

Verificamos que este cartulário não é uma mera recolha e duplicação de diplomas originais, o texto apresentado foi inserido num novo contexto, transformado-se o seu uso social e cultural¹⁹. Facto que levanta, antes de mais, a questão da fiabilidade das informações que apresenta, devido às possíveis modificações, voluntárias ou involuntárias, que terão ocorrido durante o processo de transcrição²⁰. No caso do cartulário de Paço de Sousa, há indícios de algumas abreviações ou uniformizações, nomeadamente no caso das testemunhas: surgem normalmente apenas 3, no máximo 4, e, por exemplo, os docs. 135 e 136 nem sequer as apresentam; como também não se identifica, na grande maioria dos actos, o notário. Observa-se ainda a transcrição incompleta de algumas datas (sendo provável que o copista não tenha conseguido ler correctamente a datação em letra visigótica) e a repetição de um mesmo diploma, embora contendo cabeçalhos diferentes (docs. 104 e 108). Todavia, as simplificações e os lapsos que possam ter ocorrido não parecem colocar em causa a credibilidade e a coerência deste texto no seu conjunto.

Este *liber* deve ser encarado como uma obra “completa”²¹, na qual está patente a construção de uma determinada imagem do espaço patrimonial. Este último, em vez de assumir a forma de um todo homogéneo, é representado segundo dois universos de referência: o conjunto dos bens imóveis e a malha jurisdicional que permitia a este instituto monástico estabelecer relações com a periferia sobre o qual exercia o seu poder²². É essa a imagem dada pelos vários tipos documentais presentes nesta compilação: doações, compras-vendas, escambos, sentenças e contratos. No seu conjunto, eles fizeram «d’un ensemble de terres et de droits dispersés et parfois minimes un tout cohérent rassemblé en un seul codex»²³.

Analisando as informações espaciais que este “conjunto” nos proporciona, concluímos que os vocábulos designativos dos vários tipos de propriedades levantam alguns problemas. As *heriditates*, *villae*, “*casales*”²⁴ que nos surgem na documentação são conceitos polissémicos, cada um pode englobar realidades muito diversas e dificilmente apreensíveis na sua totalidade²⁵. Por outro lado, a crescente fragmentação da terra e a sua expressão nos vários diplomas como meras parcelas não nos permite perceber as verdadeiras dimensões dos terrenos ou outros bens que passaram para as mãos do mosteiro – “*ofero(...)* *nostras porciones de ecclesias pernominatas (...)* de Sancto Jacobo de Petri qui se divit per tres tercias (...) *faciunt inde VIII partes (...)* et de alia tertia faciunt inde VI partes (...) et alia VI (...)” (doc. 58), “*Idem de hereditate Susanna Diaz septima integra et de Pinuti VII et de Ieluire et de Dulce (...)* VII integra et media septima (...)” (doc. 81).

Desta forma, apercebemo-nos que o processo de recolha dos dados espaciais do cartulário e de tentativa de reconstituição daquilo que foi domínio deste instituto monástico exige uma atenta reflexão e uma clara definição dos critérios adoptados na sua interpretação. A verdade é que «por mais anódino ou factual que possa ser um diploma, ele nunca é inteiramente *inocente* na forma como foram seleccionados e encadeados entre si os elementos que o compõem»²⁶. É, por vezes, em alguns desses diplomas aparentemente banais que nos apercebemos do poder do mosteiro e do esforço feito para a elaboração de uma memória escrita dos seus direitos. Veja-se, por exemplo, o diploma datado de 12 de Agosto de 1123, no qual Paio Alvites teve de dar uma herdade

¹⁸ Cf. LTMPs: 119-139. A análise diplomática (e paleográfica) parece suportar a hipótese de este cartulário ter começado a ser composto por volta de 1177, cf. MATTOSO, 1972: 7.

¹⁹ A este respeito ver: CHASTANG, 2009: 7.

²⁰ A este respeito ver: FERNÁNDEZ FLÓREZ, 2004: 164-165.

²¹ BERTRAND e HÉLARY, 2007: 195.

²² Cf. a ideia de que o espaço patrimonial presente no cartulário não é um todo homogéneo, mas um conjunto de *loci* em articulação com o universal no seio da Igreja em: CHASTANG, 2006: 29.

²³ BERTRAND e HÉLARY, 2007: 206.

²⁴ Acerca do casal como conceito poliédrico veja-se: MARQUES, 2008: 21-24.

²⁵ Normalmente, elas vêm acompanhadas por fórmulas que podem parecer “inúteis”, mas que nos esclarecem, por vezes, sobre o conteúdo. Veja-se: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2006: 143-157; GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008: 87-97.

²⁶ AMARAL, 2007: 256.

à instituição porque cometeu dois homicídios dentro do seu couto (doc. 91). Também na sequência da contenda sobre a posse da igreja de Vila Cova de Vez de Avis, incluem-se duas sentenças favoráveis a Paço de Sousa (docs. 127 e 129), nas quais se refere a doação desse bem efectuada por Paio Peres «Romeu» em 1105, também ela incluída no cartulário (doc. 15).

Chegado o momento de concluir estas breves considerações, estamos cientes de que a fonte em causa é o reflexo de uma memória que se quis preservar, e que, por isso, nos transmite apenas uma imagem aproximada daquilo que foi o domínio deste instituto monástico no período a que se reporta.

Fontes:

- MEIRELES, Fr. António da Assunção, 1942 – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*. Publicação e prefácio do Académico Titular fundador Alfredo Pimenta. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- LTMPs = *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz, 1972 [Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970].
- PMH-DC = *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae* [organização de Alexandre Herculanus]. Vol. I, fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870.

Bibliografia:

- AMARAL, Luís Carlos, 1995 – *Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D.^a Araganthe Mides*. Guimarães: s.l.e. [Separata das *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*].
- AMARAL, Luís Carlos, 2007 – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: ed. polycopiada [dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- BERTRAND, Paul ; HÉLARY, X., 2007 – «Constructions de l'espace dans les cartulaires». In *XXXVII Congrès de la SHMES: Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- CHASTANG, Pierre, 2001 – *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*. Paris: Éditions du CTHS.
- CHASTANG, Pierre, 2006 – «Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche». *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Tomo 49. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale-Université Poitiers.
- CHASTANG, Pierre, 2009 – «L'archéologie du texte medieval». *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre. Hors-série – Le Moyen Âge vu d'ailleurs*. N.º 2. Auxerre: Centre d'Études Médiévales d'Auxerre. Disponível on-line em <http://cem.revues.org/index8702.html>.
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, José A., 2004 – «La huella de los copistas en los cartularios leoneses». In *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*. Vol. 1. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» / Caja España de Inversiones / Caja de Ahorros y Monte de Piedad / Archivo Histórico Diocesano.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 2006 – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Arlanza: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 912 a 1233)». In *La Península en la Edad Media. treinta años después: estudios dedicados a José-Luis Martín*, coord. de José María Mínguez Fernández e Gregorio del Ser Quijano. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 2008 – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Samos: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 785 a 1209)». *Inter-American Music Review: Concordis Modulationis Ordo. Ismael Fernández de la Cuesta. In Honorem*. II. Vol. XVIII, 1-2. [Los Angeles]: Robert Stevenson.
- GEARY, Patrick J., 1999 – «Land, Language and Memory in Europe 700-1100». *Transactions of the Royal Historical Society*. 6.^a série, vol. 9. Londres: Royal Historical Society.
- MARQUES, André Evangelista, 2008 – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Toxosoutos.
- MATTOSO, José, 1972 – «Apresentação». In *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz. [Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970].
- MATTOSO, José, 2002 – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIZARRO, José Augusto, 1999 – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna.

Filipa da Silva Lopes²⁷

²⁷ Aluna do Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Grupo “Memória, Património & Construção de Identidades”.